



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

1) Segundo um Estudo recentemente divulgado (primeiro estudo à escala europeia sobre o problema, realizado pela consultora Open Exp), ao nível energético, as casas portuguesas são das mais pobres da Europa. Assim, Portugal é o quarto país europeu com o maior nível de pobreza energética.

2) Tal estudo salienta que os países do Sul e Leste Europeu são os mais afetados pela pobreza energética, revelando um "*peso elevado das faturas energéticas no orçamento doméstico*", "*incapacidade para manter as habitações quentes durante o inverno*" e "*frescas durante o verão*" e ainda "*níveis elevados de humidade e fugas nas coberturas*".

3) Em Portugal, os gastos a este nível, ocupam cerca de 30% do consumo total de energia.

4) Para além disso, estimativas da Organização Mundial de Saúde apontam para que as condições inadequadas de habitação - grande exposição ao frio, humidade e agentes microbiológicos como fungos, sejam responsáveis pela ocorrência de 100 mil mortes prematuras por ano na Europa, sendo que, em Portugal, segundo a investigadora Ana Horta, a mortalidade no inverno é mesmo das mais altas da Europa, chamando a atenção para tal fenómeno possa ainda agravar-se com as alterações climáticas.

5) Para além de tais dados, bem como outros conhecidos, é inegável a necessidade da criação de programas pelo Estado de apoio para melhoria do isolamento térmico e eficiência energética dos edifícios.

6) O Governo tem anunciado programas que visam responder a tais problemas, como o Casa Eficiente, que tem disponível uma verba de 200 milhões de euros, mas que, conforme já denunciado pelo CDS-PP não está a ter a adesão prevista, em virtude de ter sido mal negociado pelo Governo com as instituições financeiras aderentes.

7) Para além disso, a par dos compromissos assumidos internacionalmente pelo governo português, de reduzir 35% do consumo de energia até 2030, inscreveu como prioridade nas políticas públicas a Reabilitação do Edificado, no entanto, os Programas anunciados custam a arrancar e a sua implementação ainda não é uma realidade.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministro do Ambiente e da Transição Energética, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, resposta às seguintes perguntas:

- O Governo, para além dos programas já anunciados, como o Casa Eficiente, irá apresentar outros programas específicos que visem aumentar a eficiência energética nas habitações portuguesas, nomeadamente concedendo apoio financeiro para tal, acessível à generalidade dos portugueses?

- Tendo em consideração o compromisso de, até 2030, Portugal reduzir 35% do consumo de energia, para além de campanhas de sensibilização, o Governo já está a projetar a implementação de novos programas? Se sim, quais?

Palácio de São Bento, 6 de março de 2019

Deputado(a)s

ÁLVARO CASTELLO-BRANCO(CDS-PP)

HELDER AMARAL(CDS-PP)

PATRÍCIA FONSECA(CDS-PP)

JOÃO GONÇALVES PEREIRA(CDS-PP)